



-Núcleo Mineiro-

NOTA DE APOIO AO FECHAMENTO DOS LEITOS PSIQUIÁTRICOS DO HOSPITAL GALBA VELOSO

Confinamento, privação de liberdade e isolamento social não são terapêuticos. Esta é uma constatação que acreditávamos estar suficientemente consolidada e superada. Mas vivemos hoje a distopia de um país cujo governo não tem responsabilidade com seu povo e onde precisamos a todo momento defender questões tão óbvias como Direitos Humanos, Ciências, Liberdade de Cátedra e Expressão, Democracia e Vida. É bizarro que tenhamos hoje de nos manifestar contra a reabertura de um manicômio e retomar a discussão de uma pauta que imaginávamos já superada : o fim dos hospitais psiquiátricos.

A partir de 1987 a Luta Antimanicomial , movimento social protagonizado por trabalhadores, ex-internos de hospitais psiquiátricos e seus familiares, passou a denunciar as violências e todos os tipos de violações de direitos humanos que tinham lugar no modelo manicomial de assistência psiquiátrica – modelo este baseado na privação de liberdade, na retirada de autonomia, no apagamento de subjetividades, na negação dos desejos e dos direitos dos loucos. Modelo também baseado na hegemonia do saber médico que, em nome da razão, durante séculos trancafiou, silenciou e excluiu da sociedade todos aqueles que ousavam divergir do conceito de normalidade e moralidade vigentes, desde portadores de sofrimento mental até homossexuais, mães solteiras, comunistas. A Luta Antimanicomial impulsionou o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nascida no seio da Reforma Sanitária e intimamente relacionada aos princípios e diretrizes do SUS, a Reforma Psiquiátrica viabilizou mudanças radicais na forma da sociedade se relacionar com a loucura, com impacto na legislação, no modelo assistencial e, sobretudo, no olhar da sociedade. Os pressupostos até então incontestáveis da incapacidade e periculosidade que referendavam o modelo manicomial precisaram ser revistos. A necessidade de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial da loucura se impôs .

Hospitais psiquiátricos foram sucessivamente fechados e substituídos por serviços territorializados e abertos, não sem o protesto de grupos médicos ressentidos com a perda da hegemonia de seu saber e autoridade e de empresários privados dos lucros fáceis obtidos através da exploração da loucura. Minas Gerais foi um dos estados pioneiros na Reforma Psiquiátrica e conta hoje com uma potente Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em pleno funcionamento.

Como consequência do Movimento da Luta Antimanicomial e com o advento da Reforma Psiquiátrica, o Hospital Galba Veloso (HGV) foi obrigado a reformular o seu funcionamento e a rever algumas práticas abusivas. Mas não é possível a superação de



-Núcleo Mineiro-

seu passado manicomial , que o estruturou desde seus primórdios, persistindo a privação de liberdade, a artificialidade do convívio social em confinamento , a anulação de subjetividades, a hegemonia do saber médico, a medicalização excessiva, a prática autoritária e de silenciamento da loucura que ainda imperam em hospitais psiquiátricos, agora de forma mais sutil.

Assim sendo, a decisão do Governo Estadual de fechamento dos leitos psiquiátricos do Hospital Galba Veloso durante a Pandemia de COVID-19 vem de encontro às diretrizes da Reforma Psiquiátrica e da Política de Saúde Mental vigente. Entendemos que o único equívoco foi ter sido esta uma decisão tomada em gabinetes, de forma autoritária, sem a necessária discussão prévia com a sociedade civil, principalmente, com trabalhadores e usuários do referido hospital.

Não existe nenhum argumento epidemiológico, sanitário, médico, psicológico, humanitário ou financeiro que justifique a reabertura dos leitos psiquiátricos no HGV. Todos os argumentos apresentados até hoje são absolutamente pífios e vão em desencontro às recomendações da OPAS, da OMS e das melhores evidências científicas. A verdade é que os reais interesses, da ordem de uma moralidade medieval, do corporativismo médico e mercadológicos, não podem ser declarados.

A RAPS já comprovou sua eficiência na abordagem de casos graves de adoecimento mental e seus usuários são a testemunha viva da sua qualidade e diferencial assistencial e humanitário bem como sua melhor custo-efetividade em relação aos obsoletos hospitais psiquiátricos. Reconhecemos, no entanto, que esta rede substitutiva é inacabada e carente em vários aspectos pois há muitos anos não recebe investimentos do poder público. É inegável que precisa ser fortalecida e ampliada para que possa continuar acolhendo em liberdade, de forma integral, individualizada, técnica e humanamente correta, todos aqueles que padecem de sofrimento mental.

A ABMMD-MG não se furta em reafirmar seu compromisso com a defesa dos princípios da Reforma Psiquiátrica e em se posicionar contra qualquer retrocesso na política de Saúde Mental movida por interesses espúrios e vem também reivindicar ao poder público compromisso com as melhorias da RAPS, como destinação de mais verbas públicas, investimentos em insumos, estrutura física e recursos humanos, melhorias e abertura de serviços, ampliação de equipes de saúde mental, oferta de mais vagas em serviços residenciais e de abrigo provisório , promoção de articulação da RAPS com outros pontos da rede assistencial e com outros setores da sociedade como trabalho, lazer, esporte , educação e cultura.

Ao contrário da instituição fechada e rígida dos manicômios, os serviços substitutivos são , por definição, serviços em construção contínua e coletiva, com a participação efetiva de trabalhadores, usuários e gestores de políticas públicas. E é para esta construção que nós,



-Núcleo Mineiro-

médicas e médicos comprometidos com o SUS e com a Democracia , queremos contribuir e jamais com a perpetuação de um modelo hospitalocêntrico, excludente e adoecedor.

Portanto, nós, membros da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia - núcleo Minas Gerais, posicionamo-nos a favor da manutenção do fechamento dos leitos psiquiátricos no Hospital Galba Veloso , contra qualquer retrocesso da Reforma Psiquiátrica e da política de Saúde Mental em Minas Gerais. Defendemos que o Hospital Galba Veloso deva continuar integrada à rede SUS do Estado, mas com outra finalidade, a partir de criteriosos estudos técnicos e de projetos em Saúde Pública . Defendemos ainda que os médicos e todos os demais trabalhadores do Hospital Galba Veloso tenham resguardados os seus direitos trabalhistas. Reivindicamos o reconhecimento da legitimidade das deliberações das instâncias de Controle Social do SUS. E, finalmente, reafirmamos nosso compromisso inarredável com a defesa do SUS, dos Direitos Humanos, com a Democracia e com a Vida.

Nunca é demais repetir: SAÚDE NÃO SE VENDE. LOUCURA NÃO SE PRENDE !

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2020

**Núcleo Mineiro da Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia
ABMMD-MG**